



Fundação Cuidar o Futuro

Presença

presença

ABRIL DE 1961

Redacção: Av. Duque de Loulé, 90, r. c. D.
LISBOA

EDITADA PELA J.U.C.F.
FILIADA NA PAX ROMANA

sumário



Fundação Cuidar o Futuro

editorial

desenvolvimento de comunidade - novo método de acção social

na páscoa

M. Carmo Clímaco Pereira

moral tradicional e moral da situação

C. Mercês de Melo

o mistério da graça e a liberdade criada

P. João Resina Rodrigues

reflexões sobre psicoterapia e psicanálise

Prof. Miller Guerra

formação universitária e vida familiar

Maria Tereza Ambrósio

um autor de hoje

— Sant-Exupéry

Graça Saraiva

ver para pensar

H. F.

ficheiro bibliográfico

36

A handwritten signature or set of initials in blue ink, possibly reading "J.P." or similar.

Handwritten text at the top of the page, appearing to be a name or address, written in cursive.

Handwritten text in the upper left section, possibly a date or reference number.

Handwritten text in the middle section, continuing the cursive script.

Vertical column of handwritten text on the left side of the page, possibly a list or notes.



Fundação Cuidar o Futuro

36

editorial



Como jovens universitárias do nosso tempo, urge-nos o dever de participarmos na construção da sociedade dos homens, para nela tomarmos o nosso lugar consciente, responsável, adulto.

Mas, ao comprometermo-nos na edificação dessa sociedade, não nos contentamos apenas com realidades fragmentárias, vazias de sentido, quando fora do complexo, muito mais amplo e infinitamente mais rico, que é a existência tomada em todas as suas dimensões condignas. Assim, teremos de exigir um direito à vida, à plena dignidade da pessoa humana, com toda a veemência da nossa vontade jovem.

Sentimo-nos, por isso, na obrigação de repudiar públicamente afirmações recentemente aparecidas num órgão de imprensa académica (*Via Latina* n.º 130), não apenas por unilaterais ou inoportunas, mas, por altamente ofensivas da nossa condição universitária, pois supõem ou conduzera a uma visão deformada da realidade que é o homem-no-mundo, e constituem uma afronta à dignidade da rapariga portuguesa e à própria Universidade. Escritas no tom fácil e desarticulado da reivindicação, elas denunciam apenas um primarismo irreflectido, irresponsável e, para mais, antiquado.

Se não fossem certas expressões directamente derivadas de terminologia, já bem conhecida e classificada, («determinismo social», «o mundo (...) dos escravos que não se unem», «a dinâmica do movimento estudantil», etc.), julgaríamos, na verdade, estar em presença de uma típica produção literária da sociedade burguesa dos fins do século XIX.

Ignora-se aí todo o processo cultural que caracteriza o mundo dos nossos dias. Desconhecem-se experiências sociológicas que se impõem, quase com a certeza de uma verdade científica.

Ninguém ousaria, hoje, por exemplo, reduzir a pessoa humana a um mecanismo fatal e exclusivo de instintos e paixões. Toda a evolução da psicologia das profundezas tem posto em evidência estreita a extrema complexidade da natureza humana, a interdependência estreita entre as reacções psicológicas e o seu subs-

trato fisiológico, a íntima e indissolúvel unidade vital do corpo e do espírito. Ao escarpelizar a natureza humana, a psiquiatria e a psicoterapia têm revelado como, para além de todo o determinismo físico, existe no homem um pólo orientador e coordenador de todo o processo vital que nele se realiza. É por esse pólo que o homem conhece e ama, quer e decide, sofre e actua. É por esse pólo, o espírito humano, que o homem entra em relação com Deus e com os seus semelhantes. É nessa relação, no verdadeiro amor que ela supõe, e na correspondência contínua do homem às solicitações de Deus e dos seus semelhantes que se enraíza a sua verdadeira liberdade.

— Não a pseudo-liberdade (nascida talvez de uma reminiscência de infância) de «saltar muros» e outros obstáculos que põem entraves ao livre exercício descontrolado da energia física.

— Não a pseudo-liberdade de obedecer cegamente aos «impulsos» nascidos ao acaso de encontros, ou de tomar destemperadamente todas as atitudes, que, em qualquer país civilizado, mais depressa serão expressão de libertinagem, que de liberdade.

— Não a pseudo-liberdade de romper abruptamente com a ordem social, em que se está integrado, para através do processo já conhecido, mas aliciante e tentador para incautos, se chegar à negação da pessoa, reduzida a mera unidade de produção, na construção de uma cidade futura.

A liberdade que nós, universitários, afirmamos e reivindicamos é a de cada ser humano poder definir com plena responsabilidade o seu próprio destino, na singularidade da sua vocação pessoal e no crescimento objectivo da sociedade, em que é chamado a viver.

Neste sentido, lamentamos que haja, ainda, entre os universitários portugueses, resíduos de certa corrente, que influenciou o movimento feminista do princípio do século. Basta ler um pouco das muitas obras que, nos últimos sessenta anos, se têm publicado sobre a situação da mulher no mundo, para não ficar dúvida alguma de que só o movimento feminista (paradoxalmente orientado por homens, na sua quase totalidade!) defendeu a promoção da mulher na completa igualdade com o homem.

Preferimos, em conformidade com a terminologia da UNESCO, usar, em vez da expressão «igualdade», sujeita a muitas interpretações simplistas, um outro termo, que, contendo-a, a supera: *equivalência*. Porque equivalência supõe igualdade, entende-se por esta expressão, o reconhecimento da mesma dignidade essencial de pessoa humana, identidade de aptidão básica ao aperfeiçoamento em todos os aspectos da personalidade, e um mesmo direito a participar na construção da sociedade.

Mas, a par desta igualdade intrínseca, equivalência exprime, ainda, a diferença fundamental de constituição psico-somática existente entre o homem e a mulher, o

modo específico para cada sexo de pensar, reagir e sentir, a diferenciação de funções que incontestadamente um e outro são chamados a realizar na vida social.

Assim, *a libertação da mulher só pode ser um encontro mais profundo consigo mesma, na descoberta pessoal da sua natureza, destino e missão.* Não é na zona periférica, em que se realizam os actos exteriores, ou na adesão fácil a todos os «slogans», com que se pretende institucionalizar o desregramento dos instintos primários, que se situa a liberdade da mulher, enquanto tal. Só a mulher plenamente livre, isto é, plenamente consciente de si própria, do seu valor de pessoa e dos seus valores femininos, pode dar o contributo que, juntamente com o do homem, garante à sociedade o equilíbrio e a harmonia.

Aliás, só em tal sociedade, o amor humano — encontro profundo entre o homem e a mulher — pode atingir a plenitude para que foi criado, e que é a garantia da própria estabilidade familiar. Ele nasce, então, não de uma relação entre «escravo e senhor», não de uma mera «concretização sexual», mas do encontro de duas humanidades completas e distintas na sua incarnação existencial.

É esta sociedade harmoniosa que nós, raparigas cristãs, queremos ajudar a construir. A ela damos todo o ideal da nossa juventude, carregando toda a responsabilidade das tarefas necessárias, tomando nas mãos toda a grandeza e força da nossa humanidade, para a entregar, na sua consumação, ao Filho de Deus que, assumindo-a, a resgatou e lhe conferiu o seu sentido pleno.

São estes os princípios e é esta a vida que queremos aceitar e viver. E, porque os reputamos fundamentais, apresentamos perante a Universidade e o País, o nosso protesto mais enérgico e veemente contra tudo aquilo e todos aqueles que os pretendam destruir ou subverter. Que o País e a Universidade o saibam: afirmações como as que são feitas em «Carta a Uma Jovem Portuguesa» não representam o pensar e o sentir da juventude universitária nacional.



do de acção social



— Falaste, há, pouco, em plano de acção. Esse plano é feito só pela trabalhadora Social com a população?

— Não deve ser. Por exemplo, em Sta. Maria, estamos a formar uma equipa de técnicos: um médico, um engenheiro agrónomo, um arquitecto, um psicólogo ou sociólogo e uma Assistente Social. Assim, poderemos fazer um estudo sério e profundo do meio e das suas necessidades, procurar na população as colaborações úteis, as forças vivas para na promoção das realizações de carácter colectivo a equipa agir mais como animadora do que como realizadora directa.

— Como é aceite e como reagem as pessoas em relação aos técnicos e à sua participação do desenvolvimento?

— Como já te disse, estamos no princípio desta experiência. O que te posso dizer é pouco. Contudo, posso já afirmar que, apesar das dificuldades de toda a ordem, do nível de vida (não me refiro só ao económico, mas também moral e cultural em que vivem as pessoas) se verifica que aceitam bem e colaboram sempre que, ao tratarmos com elas, as colocamos, não numa situação de inferioridade mas respeitando a sua dignidade humana, encarando como pessoas úteis e com uma missão a cumprir.

— Em que te baseias para fazeres essa afirmação?

— Baseio-me, por exemplo, nas reuniões que fizemos com vários grupos nas quais as pessoas, não só apareceram, mas tomaram parte activa. Na festa do Natal, muitos colaboraram e assim a festa não foi para eles mas deles. Posso ainda citar-te a relação estabelecida com os pais das crianças do jardim-Infantil. Vão às reuniões, pedem esclarecimentos sobre a resolução de problemas dos filhos, dizem as reacções deles em casa, pedem que se façam contactos para aprender a lidar e trocar experiências uns com os outros. Isto é ainda mais extraordinário, se nos lembrarmos que são pessoas a maior parte, de nível cultural, no máximo de 4.ª classe moralmente com problemas muito graves, com grandes dificuldades económicas. Mas... quando os tratamos com amor, eles são capazes de ter interesses sérios e bons, porque são almas onde Deus lançou a semente que, por circunstâncias várias, não teve condições para germinar.

— Parece-me pelo que disseste que a população do Bairro está disposta a colaborar e trabalhar para sair da situação em que vive...

— Sim, mas é necessário uma acção por vezes nada fácil para que as pessoas consciente e perseverantemente queiram cooperar. Sabes que duas soluções são possíveis. Uma é o método simplesmente coercivo, autoritário, adaptado pelos países totalitários; a outra é baseada no respeito do livre arbítrio do homem, a única que nós podemos encarar.

— Pensas que esta segunda solução é efectivamente mais eficaz ou, como cristã, é a única que, como disseste, podes encarar?

— Sem dúvida nenhuma que é, na realidade, mais eficaz. Repara que o facto de haver coacção, ainda que aparentemente as estruturas possam mudar e o nível de vida aumentar, não há verdadeira consistência, pois mais tarde ou mais cedo surgem conflitos de carácter moral e existencial, determinados pela opressão da personalidade. Há um constrangimento da natureza humana que é contrário àquilo que se pretende com o Desenvolvimento de Comunidades. De nada serviria, ainda que fosse possível criar no Bairro de Sta. Maria grandes oficinas para dar trabalho, escolas, bibliotecas, balneários etc., obrigar a população a frequentar cada um desses elementos. O que se pretende fazer é ajudar cada uma daquelas almas pelas quais nos sentimos, em certa medida, responsáveis, a pensar claramente, a reflectir nas suas dificuldades, aceitá-las ou resolvê-las; a exprimir as suas ideias com confiança e a estabelecer laços estreitos consigo mesmo, por um lado, e os indivíduos e grupos, de que a sua comunidade é formada, por outro.

Parece-me que esta linha é a mais eficaz e a baseada na verdade — o amor de Deus é inseparável do amor do próximo.

novο método de acção social



«O Serviço Social enquanto que função profissional entra cada vez mais em contacto com os problemas específicos no domínio da Indústria, da saúde, da prevenção do crime, da sociedade rural em via de evolução, no desenvolvimento comunitário, nos problemas gerais da ordem económica e social. Ele evoluiu e dum ajuda material, dum atitude principalmente curativa em face dos problemas sociais, passa para uma série de serviços diversos e para uma maneira de agir mais construtiva e acentuadamente preventiva».

Ao ler esta afirmação feita na X Conferência Internacional do Serviço Social, realizada em Roma, em Janeiro passado, lembramo-nos de entrevistar uma Assistente Social que participou nela e está ao serviço do Governo Civil de Lisboa fazendo a coordenação das suas obras sociais e trabalhando mais directamente no Centro Social do Bairro de Sta. Maria.

Este Centro, embora ainda em organização, tem características vulgares de um Centro Social, isto é, uma organização que com a colaboração de todas que o frequentam se esforça por resolver os problemas próprios das pessoas que serve, pondo à sua disposição um conjunto de serviços e de realizações colectivas de carácter educativo, social ou sanitário animados por uma equipa de trabalhadores sociais.

Julgamos ter interesse para os leitores esta entrevista, por nele se tentar uma experiência nova — O Centro Social como centro do «Desenvolvimento da comunidade». Quer isto dizer que não se fala mais em cursos de corte, culinárias, creches, jardins infantis, dispensários senão na medida em que estes estão inseridos num contexto mais amplo e coordenado com outras iniciativas que levam a uma mudança no espírito, na esperança e no comportamento da população.

— Estás como disseste a fazer uma experiência de «Desenvolvimento de Comunidades». Queres dizer-nos resumidamente, já se vê, em que consiste esse método de Serviço Social?

— Trata-se dum processo global, visando a melhoria do bem-estar humano. Não se atende a aspectos parcelares, mas é encarada a totalidade dos problemas do homem, em vista à sua realização como tal.

— Porquê, a aplicação desse método ao Bairro de Sta. Maria?

— Sabes que há múltiplos problemas sociais de carácter colectivo, como agrupamentos de crianças e adolescentes que se formam principalmente nas famílias numerosas mal instaladas; a existência de comunidades nos arredores da cidade mal adoptadas aos hábitos da vida e às exigências dum sociedade, ela própria mal preparada para as integrar; a adaptação à vida, em populações pouco evoluídas, das técnicas novas no referente à vida de grupo ou utilização deste para um fim educativo, etc. Nestas situações, não se trata de responder às necessidades individuais das pessoas ou famílias, tal como aquelas as exprimem ou como a Trabalhadora Social as percebe, mas trata-se sim de grupos mais ou menos extensos mais ou menos abertos que têm necessidade, para viver, de equipamentos sociais ou actividades sociais, às quais a resposta mais científica não traria por isso o bem estar total, se o problema da adaptação reciproca dos indivíduos no seio da comunidade e dos indivíduos e dos pequenos grupos à comunidade não fosse, ao mesmo tempo, resolvido.

— Qual é, então, a missão do Serviço Social num programa de desenvolvimento comunitário?

— O objectivo do Serviço Social é ajudar a determinar as necessidades colectivas por ordem de urgência ou de importância; criar um clima favorável ao desenvolvimento do sentido comunitário numa adesão livre e esclarecida às diversas actividades; ajudar a executar um plano de acção por etapas; avaliar os resultados obtidos; reajustar constantemente esse plano. Deve, ainda, ajudar a resolver os problemas de adaptação quer eles sejam individuais ou colectivos.

— Falaste, há, pouco, em plano de acção. Esse plano é feito só pela trabalhadora Social com a população?

— Não deve ser. Por exemplo, em Sta. Maria, estamos a formar uma equipa de técnicos: um médico, um engenheiro agrónomo, um arquitecto, um psicólogo ou sociólogo e uma Assistente Social. Assim, poderemos fazer um estudo sério e profundo do meio e das suas necessidades, procurar na população as colaborações úteis, as forças vivas para na promoção das realizações de carácter colectivo a equipa agir mais como animadora do que como realizadora directa.

— Como é aceite e como reagem as pessoas em relação aos técnicos e à sua participação do desenvolvimento?

— Como já te disse, estamos no princípio desta experiência. O que te posso dizer é pouco. Contudo, posso já afirmar que, apesar das dificuldades de toda a ordem, do nível de vida (não me refiro só ao económico, mas também moral e cultural em que vivem as pessoas) se verifica que aceitam bem e colaboram sempre que, ao tratarmos com elas, as colocamos, não numa situação de inferioridade mas respeitando a sua dignidade humana, encarando como pessoas úteis e com uma missão a cumprir.

— Em que te baseias para fazeres essa afirmação?

— Baseio-me, por exemplo, nas reuniões que fizemos com vários grupos nas quais as pessoas, não só apareceram, mas tomaram parte activa. Na festa do Natal, muitos colaboraram e assim a festa não foi para eles mas deles. Posso ainda citar-te a relação estabelecida com os pais das crianças do Jardim-Infantil. Vão às reuniões, pedem esclarecimentos sobre a resolução de problemas dos filhos, dizem as reacções de est em casas, pedem que se façam encontros para aprender a educá-los e trocar experiências uns com os outros. Isto é ainda mais extraordinário, se nos lembrarmos que são pessoas a maior parte, de nível cultural, no máximo de 4.ª classe moralmente com problemas muito graves, com grandes dificuldades económicas. Mas... quando os tratamos com amor, eles são capazes de ter interesses sérios e bons, porque são almas onde Deus lançou a semente que, por circunstâncias várias, não teve condições para germinar.

— Parece-me pelo que disseste que a população do Bairro está disposta a colaborar e trabalhar para sair da situação em que vive...

— Sim, mas é necessário uma acção por vezes nada fácil para que as pessoas consciente e perseverantemente queiram cooperar. Sabes que duas soluções são possíveis. Uma é o método simplesmente coercivo, autoritário, adaptado pelos países totalitários; a outra é baseada no respeito do livre arbítrio do homem, a única que nós podemos encarar.

— Pensas que esta segunda solução é efectivamente mais eficaz ou, como cristão, é a única que, como disseste, podes encarar?

— Sem dúvida nenhuma que é, na realidade, mais eficaz. Repara que no facto de haver coação, ainda que aparentemente as estruturas possam mudar e o nível de vida aumentar, não há verdadeira consistência, pois mais tarde ou mais cedo surgem conflitos de carácter moral e existencial, determinados pela opressão da personalidade. Há um constrangimento da natureza humana que é contrário aquilo que se pretende com o Desenvolvimento de Comunidades. De nada serviria, ainda que fosse possível criar no Bairro de Sta. Maria grandes oficinas para dar trabalho, escolas, bibliotecas, balneários etc., obrigar a população a frequentar cada um desses elementos. O que se pretende fazer é ajudar cada uma daquelas almas pelas quais nos sentimos, em certa medida, responsáveis, a pensar claramente, a reflectir nas suas dificuldades, aceitá-las ou resolvê-las; a exprimir as suas ideias com confiança e a estabelecer laços estreitos consigo mesmo, por um lado, e os indivíduos e grupos, de que a sua comunidade é formada, por outro.

Parece-me que esta linha é a mais eficaz e a baseada na verdade — o amor de Deus é inseparável do amor do próximo.

— Do que disseste penso que o trabalho que vão tentar em Sta. Maria ajuda as pessoas, não só no aspecto material mas também pela ajuda da criação de uma comunidade que, bem constituída, dará a possibilidade a cada membro de se valorizar, igualmente no plano espiritual.

— Sim, o meu grande interesse por este método de Serviço Social está justamente em reconhecer nele uma possibilidade extraordinária de criar o espírito comunitário cristão, de preparar a vinda do reino de Deus. Como alguém dizia — a religião é já em si comunidade, porque é integração dos homens na vontade de Deus.

— É uma realidade, a onda de materialismo originário de Lisboa subverter os valores morais e espirituais das pessoas do Bairro?

— É. Há uma degradação ou inversão de valores que já se tornou natural. O económico ocupa, no contexto das vidas dessa gente lugar importante e o seu comportamento é subordinado a semelhante preocupação. É sentindo profundamente esta realidade e lembrando-me das 4.000 almas do Bairro que penso: a Redenção de Cristo foi para cada um de nós salvação individual mas a própria salvação individual está impregnada das implicações da redenção colectiva.

— Concordas com a afirmação de que a religião existe em forma de comunidade como facto social e que tem por missão integrar pelo seu espírito a orgânica social em que vivem os homens? Qual pensas que é o papel específico da mulher, neste caso? Podes já dizer alguma coisa da tua experiência no Bairro de Sta. Maria?

— Como já te disse, estou ainda no princípio. Mas posso afirmar que são pontos fundamentais do programa estes: formação da juventude — elemento dinâmico e influência das mulheres como suporte e estímulo da evolução social.

A mulher vive naturalmente fora dela mesma e nisso está a explicação de pretender criar à sua volta uma atmosfera. O mundo para a mulher é, sobretudo, objecto dos seus cuidados e solícitudes. Posso dizer-te que algumas mulheres de Sta. Maria apesar do seu estado de degradação, de estagnação e de apatia, são capazes, ajudadas, de sair dele e exercer a sua influência. Têm-nos ajudado, desde o melhorar da higiene e da habitação, ao progresso escolar e reconquista de valores morais.

Tenho sentido e visto como existe nas mulheres uma vontade de se dar, uma disposição para receber e é, por estas características, especificamente femininas, que elas nos ajudam já e ajudarão mais no futuro, a renovar o Bairro de Sta. Maria.

— Para finalizar gostava de te perguntar, se a tua ida à Itália, para a Conferência Internacional do Serviço Social, te trouxe conhecimentos nesta linha do Desenvolvimento da Comunidade, ou se foi centrada noutro aspecto.

Particpei primeiro, na VIII Conferência Internacional de Centros Sociais, a qual teve como tema de fundo o «Centro Social num mundo em evolução continua». Eram cerca de 200 participantes, o que deu possibilidade das pessoas contactarem e de se criar um ambiente de trabalho. Quase toda a Conferência versou sobre Desenvolvimento de Comunidades, pois em todos os países o papel do Centro Social está a evoluir nesse sentido. O que me parece mais interessante é que não se ficou só no aspecto teórico, mas este foi acompanhado de visitas, de pormenorizada observação. Recordo uma visita à região dos Abruzzos, onde uma equipa-Piloto está a trabalhar no Desenvolvimento de Comunidades e que para mim foi uma das maiores fontes de informação. Seria muito interessante contar-te, mas não me parece oportuno; tornaria a nossa conversa muito longa.

Recordo, também, uma reunião com imenso interesse sobre o Desenvolvimento Comunitário no Congo nos últimos anos. Foram oradores um antigo representante do Governo Belga no Congo e actualmente professor numa Universidade e um congolês, secretário dum grupo de juventude do Congo.

Estive, depois, na X Conferência Internacional do Serviço Social, que teve como tema «o Serviço Social num mundo que se transforma, sua função e as suas responsabilidades». Houve 16 grupos de estudo, onde foram discutidas e trocadas experiências sobre vários assuntos e 6 Comissões baseadas nos relatórios preparados pelos Comitês nacionais. Estudaram 6 questões fundamentais, tendo cada uma preparado um informe que foi apresentado nas sessões plenárias do último dia.

Eu estive numa das comissões que, como estás a imaginar, tratou do papel do Serviço Social no Desenvolvimento das Comunidades.

Contar-te o que foi a ida à Itália e o que ela significou para mim daria para outra entrevista, não te parece?

DA PÁSCOA



Estamos no auge das alegrias Pascais. Alegriamo-nos no dia que o Senhor fez e em que nos mereceu a vida eterna e o Céu; comemorámos para além da páscoa dos judeus (sentido histórico), a ressurreição de Cristo (sentido religioso) e festejámos já, também, a nossa vitória sobre a morte, objectivo das lutas travadas dia a dia com a nossa mediocridade (sentido pessoal e escatológico). Há pois, como estamos a ver, três sentidos na Festa da Páscoa, à volta dos quais giram as celebrações riquíssimas deste tempo litúrgico.

Mas o domingo de Páscoa já passou, o que nos leva a perguntar, se a Páscoa já teria passado também. Seria a Páscoa um *aleluia* preparado por 40 dias indiferentes, ou uma festa mundana, ou foi antes, um baptismo de vida, de ideias e de ideais?

A Festa da Ressurreição põe-nos em face desta magnífica verdade: — que há um combate a combater, que quem perder a sua vida, ganhá-la-á e que a vida eterna não é simplesmente um prémio, uma herança que um «Pai abastado» nos deixa, mas um direito conferido que importa aceitar pela cooperação para usufruir. A vida eterna não é uma simples recompensa que se dá a quem se portar bem, mas a vida para que amorosamente fomos predestinados pela bondade de Deus.

É por isso que temos que ser sempre, e especialmente agora que a festa da ressurreição já passou, os mesmos na vida pessoal que fomos na festa da luz: homens pascais, turistas num mundo que não é pátria.

Profundamente, até ao mais íntimo de nós mesmos, pessoas renovadas pelo sacrifício de Cristo, cheios do mandamento novo, cheios da alegria da promessa dum grande banquete. Homens que, a cada hora da vida quotidiana, através do convívio, do estudo e do trabalho, têm que dizer «renuncio» e «acredito» com a mesma vontade com que o disseram em Sábado Santo.

«Renuncio» e «acredito» são palavras chave duma vida, que, hoje, nas circunstâncias tão fantásticas do nosso mundo, se impõem a todos os cristãos, e todos os santos da Igreja.

O escândalo do nosso tempo é que os adultos, que são cristãos, às vezes precisam de «padrinhos» para renovar as promessas do baptismo. O baptismo que também foi uma festazinha, que se deu, quando éramos ainda pequeninos.

Renunciar, porquê? Não é a renúncia do tempo da Quaresma? Não passaram os lutos com a Paixão e Morte do Senhor?

Passaram os lutos; mas os lutos permanecem. São mais vivos, ainda, porque o Príncipe deste mundo foi vencido e julgado. Nós somos os troféus da última hora, que importa arrebatar.

Porque nos foi confirmada a morada da casa do Pai, porque na nossa natureza entrou o sobrenatural, que deixou de ser uma sobrenatureza, para passar a constituir uma nova natureza, podemos cantar *Hosanas* e *Aleluias*. Agora, sabemos a que fim se ordenam a nosso trabalho, o estudo, a oração, o apostolado. Sabemos que fomos confirmados na nossa fé, que venceremos também.

Somos pascais ou restaurados.

Mas somos, também, turistas. Passamos de caminho, e quando voltarmos a «casa» perguntar-nos-ão pelo que vimos e o que fizemos. Por isso, importa renunciar, ter as mãos vazias, para as pôr onde for preciso, enchê-las do que houver, para dar onde nos pedirem. Por isso, importa renunciar para termos a alegria de ver sempre as coisas novas que o Senhor pôs na frente para contemplar.

Este, penso eu, é o santo comum que vive a Páscoa. Na simplicidade do dia a dia, no sacrifício renovado diariamente de Cristo, na fonte mesma do seu ideal, o cristão ensaia a sua «passagem» definitiva, como uma representação. E todos os dias há ensaio geral.

No último dia, os anjos receber-nos-ão com *Aleluias*, e cantarão o nosso hino de vitória.

E saberemos que somos um com Cristo.

M. CARMO CLIMACO PEREIRA



moral tradicional

e moral da situação

Ser racional e livre, o homem, ao contrário do animal, é também um ser moral. Quer dizer que, confrontado com os inúmeros problemas que a vida lhe põe, de dia em dia, e na presença das opções várias que se abrem diante de seus passos, em determinados momentos da sua existência, ele não pode contentar-se com seguir, calada e submissamente, a voz cativante dos seus apetites inferiores, conformando-se, sem mais, com as reclamações do instinto, mas tem obrigação de se preocupar, olhos postos numa luz mais alta, com a honestidade ou a rectidão moral da sua conduta. É só assim que pode realizar a sua vocação de homem, rei da criação e filho de Deus, para ser digno dela.

Quer isto dizer, também, que há na ordem das coisas, alguma norma (ou normas), pela qual podemos formar o nosso juízo sobre a bondade ou a malícia de determinada acção humana. Qual é essa norma?

Ensina-nos a filosofia moral tradicional — aquela que a Igreja Católica defende e que a consciência dos povos civilizados, amoldou no decurso dos tempos, sendo por eles oficialmente aceite e acreditada, ao menos nas suas linhas gerais — que a norma da moralidade de qualquer acção humana é a mesma humana natureza considerada na sua totalidade, ou seja no conjunto das relações de vária ordem que a ligam a Deus ao próximo, a outros seres, ao universo inteiro. Nessa natureza humana, acham-se inscritas por mão invisível mas benigna da Providência, as leis que a orientam e dirigem para a sua finalidade ou o seu destino

último. É o conjunto de princípios, normas e leis universais, válidas para todos, que regulam a actividade ética do homem, e que chamamos objectivas, porque derivam do ser e são independentes do nosso conhecimento, da nossa aprovação, das nossas disposições subjectivas. São o que constituem a lei natural. Quem cumpre essa lei, quem procede conforme a sua natureza, procede rectamente, é homem honesto. Essa natureza humana, porém, não é plenamente autónoma e independente. Ela conforma-se com a essência de Deus que a concebeu e criou, — Deus, Fonte e Plenitude do ser, Causa exemplar suprema, «eficiente a final de todas as coisas», fundamento último da obrigação moral. A lei natural, por sua vez, não é mais que o eco, no homem, da lei eterna que existe em Deus, pela qual a Divina Vontade governa a ordem natural e a dirige para a sua finalidade. De sorte que, a norma *próxima* da moralidade de um acto humano é a sua conformidade com a natureza humana ou com a lei natural, enquanto que a norma *última* é a essência divina ou a lei eterna de Deus. É necessário acrescentar que a lei natural nos é intimada ou manifestada pela nossa consciência moral, que nos diz, em concreto, o que é que nós devemos fazer, e como devemos proceder, em determinada situação moral, para agirmos recta e honestamente. Daí, a importância suprema da educação e recta formação da consciência.

São estes os factores de que depende, primariamente, a honestidade das nossas acções. Não são, porém, os únicos. Para

avaliarmos a rectidão moral de um acto humano é necessário tomar em conta, igualmente, e pesar bem, as circunstâncias concretas em que esse acto se situa, bem como o fim que o agente teve em vista ao produzi-lo.

A concepção tradicional da moralidade, assim sumariamente descrita, vem opor-se a chamada «moral da situação», hoje muito discutida, até em meios católicos.

A moral da situação não nega a existência e importância de normas gerais, fundadas no ser ou na natureza humana, nem mesmo a sua legitimidade ou até a sua relativa obrigatoriedade, em abstracto, ou em situações ordinárias da vida, que não apresentem dificuldades ou conflitos de importância maior. Nega, todavia, que essas normas universais tenham valor prático e vinculativo, invariavelmente e iniludivelmente, em qualquer situação concreta em que nos possamos encontrar, por mais difícil e trágica que ela seja, de tal maneira que nunca, em nenhum caso possam admitir excepção. Em outros termos, negam que as normas universais em questão sejam o critério último e decisivo da honestidade ou desonestidade de uma acção.

Porquê?

Precisamente porque, por sua própria natureza, esses preceitos são abstractos e gerais, ao passo que as várias situações em que se encontra o homem, a cada passo, são concretas e singulares, e portanto, impossíveis de serem atingidas, na sua singularidade, por normas universais. A norma é uma abstracção, fruto de uma apreensão intelectual; a realidade, tal como ela vem ao nosso encontro, em cada hora, é mais que um conhecimento conceptual, — é uma experiência viva e vivida, pessoal, única, incomunicável, em suma, uma «situação».

SITUAÇÃO! Eis-nos diante de uma das categorias fundamentais dos sistemas de moral fundados nas filosofias existenciais.

A «situação» designa o momento concreto e particular em que o EU se sente chamado

a tomar posição, ou assumir uma decisão, em frente de uma realidade determinada, ou de um determinado conjunto de circunstâncias, com todas as relações que comporta, e as repercussões que pode provocar. A vida não é senão uma urdidura de situações sempre novas e inéditas, momentos únicos e irreiteráveis, em que o homem, mediante o uso da sua liberdade e as suas decisões pessoais, vai forjando e afirmando a sua personalidade, num esforço contínuo e lúcido que bem se pode chamar uma contínua e incessante recriação. Cada uma dessas «situações», com as realidade concretas que a constituem, coloca o homem livre, não diante de uma norma fria e implacável que lhe impõe forçosamente o seu jugo, mas diante de seu Deus, Pessoa amante e doce, num contacto imediato e uma relação familiar de EU-TU, em que Deus nos interpela em pessoa e aguarda a nossa resposta amiga e filial ao seu divino apelo. Como se está a ver, encontramos-nos, aqui, longe desse ambiente rígido e formal, característico de uma moral demasiadamente legalista, em que a letra sufoca o espirito e entrava qualquer iniciativa pessoal.

Rejeitada, de ta arte, a validade e obrigatoriedade das normas ou leis universais, por inadaptáveis às indefinidas possibilidades e situações sempre imprevisas e imprevisíveis que a vida nos vai criando de momento a momento, qual será agora a luz bendita que ilumine a escuridão que nos envolve e nos aponte o caminho seguro e certo da rectidão moral?

O juízo doutros homens — companheiros da minha peregrinação —, o bom exemplo ou o conselho sábio e prudente de irmãos doutos e virtuosos? Não, porque a minha situação é minha, só minha, experiência singular e incomunicável. Por conseguinte, nenhum elemento externo ou extrínseco me pode servir de apoio e critério último e decisivo no isolamento em que me encerra essa minha experiência. Já nada me pode valer que não seja interior a mim mesmo e capaz de apreender e avaliar de dentro



a minha situação presente, em toda a sua modalidade concreta e existencial. Para felicidade minha, tal norma, totalmente imanente, existe: uma certa e indefinível luz interior que me guia infalivelmente pelo bom caminho, segredando-me, a cada passo, aos ouvidos da alma, e em cada curva da estrada da minha vida, aquilo que Deus exige de mim *hic et nunc*, aquilo que me assenta bem no momento presente. É a minha consciência.

A CONSCIÊNCIA! Outra categoria fundamental da ética situacionista. Enquanto, na moral tradicional, a consciência é sim, também, uma norma da rectidão moral, mas uma norma prática, imediata, manifestativa e, sobretudo, subalterna, sujeita a uma ordem e lei objectiva que a transcende e com a qual ela tem, em última análise, de estar conforme, para a ética de situação, a consciência é a norma última e decisiva do valor ético do agir humano. Instância última e sem apelação, a consciência tudo julga e por ninguém é julgada.

Por conseguinte, num caso determinado, se eu chego à conclusão de que a voz interior me sugere uma linha de conduta clara e evidentemente contrária a uma conhecida e clara lei da natureza (por ex., não mentirás, não matarás, não pecarás contra a fidelidade ou a santidade do matrimónio), e não tenho que hesitar. Posso seguramente desprezar, neste caso concreto que é o meu, a normal geral, e resolver o conflito, não corrigindo o ditame da minha consciência e pondo-o em conformidade com a lei, mas seguindo dócilmente as suas sugestões. É que a consciência é infalível, nunca pode errar. A consciência é a voz mesma de Deus que estabelece comigo um diálogo. E, por isso, esse apelo directo e pessoal de Deus deve passar por cima da lei fria e impessoal, que não olha para o indivíduo concreto e singular e não pode tomar conhecimento das exigências concretas do instante presente. As leis e normas gerais, válidas em abstracto, longe de me intimarem as preferências de Deus, seriam, no caso presente, uma barreira entre Deus e a minha

alma e um obstáculo ao colóquio íntimo e vital de Deus comigo. O que, no fim de contas, importa, é que, seguindo a voz da minha consciência, eu proceda em espírito de amor e caridade, — sinal da minha liberdade de filho de Deus. *Não em espírito de servidão e de temor...*

Resumindo. A ética da situação gira em torno destes dois principais enunciados: —

1. As normas gerais, procedam elas donde procederem, não têm valor universal e obrigatório para todas as situações concretas e singulares em que se possa encontrar um indivíduo. Elas servem, como indicações prestáveis e aproveitáveis de conduta moral, mas perdem o seu carácter obrigatório em casos de conflito entre elas e a consciência individual do homem, posto em face de uma determinada circunstância histórica;

2. A norma última e decisiva para o homem é a sua própria consciência. — guia infalível por meio do qual é Deus próprio que conduz o homem ao seu destino e lhe inspira a sua conduta moral. Nenhuma outra justificação é necessária.

Teoria em certos pontos sedutora, tanto mais que se apresenta revestida e impregnada de vaga unção mística que a torna particularmente simpática para pessoas em quem predomina, ainda, o sentimento religioso, mas que se sentem fracas diante das exigências da moral tradicional ou católica. Longe de se apresentar como simples sistema especulativo, a ética de situação pretende ser um apelo à vida toda, e empenha a nossa existência até nos seus pormenores mais insignificantes, revestindo-os de significado religioso. Compreendemos assim como ela é capaz de seduzir almas bem intencionadas mas desprevenidas e pouco esclarecidas, — corações de um lado desiludidos pelo malogro das mil e uma construções especulativas que o espírito humano ideou e criou no decurso dos séculos, e do outro ansiosos por soluções vitais para os inúmeros problemas morais que a vida complexa dos nossos tempos lhes põe, continuamente diante da consciência.



Que pensar desta nova ética? Não nos permitindo o âmbito do presente artigo uma crítica mais pormenorizada que, por sua vez, exigiria uma exposição sistemática de algumas das teses mais fundamentais da filosofia perene — tais como a que mostra a validade objectiva do conhecimento humano pela abstracção e dos universais — limitar-nos-emos a algumas breves observações (1).

1. Antes de mais, temos de confessar que assim no seu aspecto negativo, como no positivo, a nova moral vai de encontro com a filosofia do bom senso ou senso comum dos homens, o qual, precisamente por ser comum, leva consigo a garantia de verdade.

Ora a vida quotidiana dos homens, o seu mútuo convívio, a sua maneira de pensar, agir, julgar, toma como certa a existência de normas de moral válidas e obrigatórias para todos os homens, em todas as épocas, em todas as situações da vida. Por essas normas, costumam os homens avaliar a rectidão moral ou a desonestidade dos seus semelhantes. Por elas, julgam o procedimento desses. Tanto assim é, que elas entraram nos códigos de leis internacionais e nacionais dos povos, e nos códigos de conduta. Os homens sabem bem distinguir entre essas grandes normas, necessárias e imutáveis e outras que delas podem derivar mais ou menos directa ou imediatamente mas são susceptíveis de variar conforme os tempos e as circunstâncias. É este o sentir comum da humanidade. Eliminar ou negar o valor obrigatório de tais normas, seria tornar impossível formar qualquer juízo sobre uma determinada conduta humana, e por conseguinte premiar, castigar ou corrigir. Ficava o caminho aberto para as piores aberrações.

2. Diga-se o mesmo dessa «consciência» individual a que se arriba a ética de situação. Devemos confessar que a generalidade dos homens não têm consciência de tal luz infalível a guiar-lhes os passos. Pelo contrário, quanta escuridão pelos caminhos da nossa vida, quanta incerteza, quanta hesita-

ção! Esquadrinhamos as dobras mais escondidas da nossa alma, debruçamo-nos alvoroçadamente sobre tratados de moral e de vida espiritual, interrogamos, com ansiedade, directores experimentados e homens de Deus, humildemente expomos ao próprio Senhor as nossas dúvidas e perguntas. E no fim de tudo, — porque assim apraz ao Senhor —, continuamos, muitas vezes, envolvidos na penumbra misteriosa das nossas humanas incertezas e dúvidas. Felizes de nós, se viesse ao nosso encontro, como aos israelitas dos tempos de Moisés, uma coluna de fogo a iluminar o caminho. Mas não vem.

A «minha consciência» — voz infalível de Deus? Ignoramos, porventura, de que deformações e deturpações não é capaz o coração humano, em coisas em que entram em jogo os próprios interesses e as próprias paixões? Como observa muito justamente o Padre Karl Rahner, num criterioso ensaio sobre «a ética de situação e a mística do pecado», — uma vez que o homem aprendeu (e nesta idade da psicanálise não devia ser segredo para ninguém) com que espantosa facilidade e refinada astúcia o homem sabe enganar-se a si mesmo; com que prontidão acede como legítimo e lícito aquilo que deseja; como sabe inconscientemente (em determinadas situações) velar e desfigurar as normas supremas que são, aliás, os critérios pelos quais habitualmente julga e aprecia as coisas; como, enfim, nos aparecem como «evidentes» coisas que não são senão teses de carácter problemático, o homem devia ser mais prudente e cauteloso em apelar para a sua boa consciência.» (2) A consciência existe, sem dúvida, e o seu testemunho é válido, mas não pode ser a norma última das nossas acções.

(1) A ética de situação foi condenada por Pio XII, na sua alocução de 19 de Abril de 1952, como já o fora a 23 de Março do mesmo ano. Cfr. *Acta Apostolica Sedis*, XXXIV 1952, pg. 413-419. Ver *ibid.* p. 270-278.

(2) *Dangers dans le catholicisme d'aujourd'hui*, Desclée de Brouwer, pg. 85.

3. Quanto á irreductibilidade entre a inteligência e a vida, entre o conhecimento e a acção, entre a norma universal, fruto desse conhecimento abstractivo, e a situação concreta, essa antinomia é um facto. Nem podia deixar de o ser. A inteligência conhece abstraindo o universal no ser singular, em que ele se encontra particularizado e individualizado; a vida conhece abraçando a realidade na sua singularidade presente. O conhecimento intelectual é uma conceptualização; o conhecimento vital é uma experiência. Um completa o outro. Mas os dois são válidos, dentro das suas respectivas esferas.

O conhecimento conceptual funda a ciência, no seu sentido aristotélico de conhecimento profundo pelas últimas causas. Qualquer investigação séria deve poder conduzir à ciência, e a ciência exprime-se em termos universais: não há ciência do singular. E é assim que mediante conceitos universais, por um lado aprofundamos o nosso conhecimento científico do ser, e por outro, comunicamos a outrem o fruto dos nossos estudos. A experiência pelo contrário é incomunicável. As normas universais, portanto, embora não afirmem plenamente uma situação concreta, guardam todavia o seu valor e obrigatoriedade, porque são fundadas na natureza do ser. Os próprios defensores da ética de situação indirectamente confirmam a verdade desta afirmação, ao proporem paradoxalmente como *norma* de conduta válida para todos o enunciado de que a moral tradicional, com a sua insistência nas normas universais, é inaceitável e de que só a consciência pode servir de último critério da moralidade.

4. É igualmente errado o conceito que a ética de situação tem da lei ou da norma, ou normas morais universais, e consequentemente injustificada a crítica que lhes faz.

Ao contrário do que proclama a ética situacionista, a lei, embora se nos apresente fria e rígida nos seus enunciados, aparece,

contudo, aos olhos iluminados da razão e da fé, como a face mesma de Deus, Criador, Providência do Pai que nela nos fala, nos comunica seguramente a sua vontade adorável e nos põe diante das suas exigências, — exigências de amor. Os mandamentos não são barreiras entre Deus e a nossa alma. São, sim, os braços paternos de um Deus Amor que nos conservam no recto caminho e nos preservam do abismo. É assim que nós olhamos para as normas da lei de Deus, da Igreja, das legítimas autoridades. Obedecendo a essas leis, estamos certos de obedecer à voz mesma do Senhor. Porque não estão sujeitas às ilusões e enganos subtis da voz da «consciência», autónoma. Quem vos ouve é a Mim que ouve...

Nem se diga que a lei destrói a liberdade e autonomia do homem.

Destruiria, de facto, a nossa liberdade, se fosse uma imposição vinda de fora e contrária ao nosso ser e à nossa natureza. Na realidade, não é tal. A lei vem de Deus, Autor do nosso ser, que nos criou à sua imagem e semelhança, está sempre conosco — a um tempo imanente e transcendente. Cumprindo-a, realizamo-nos a nós mesmos, porque nos unimos à Fonte e plenitude do ser. A lei é um apelo que Deus dirige à nossa liberdade e dignidade. Reconhecendo-a como tal, acatamo-la espontaneamente, como seres racionais e dotados de liberdade. É a nossa homenagem filial e amorosa ao autor da nossa natureza.

Pode ela pedir-nos coisas difíceis para a nossa natureza decaída. Pode, mesmo, em determinadas circunstâncias da vida, exigir de nós sacrificios heróicos, inclusive o sacrifício da nossa própria vida. Isto não significa que ela seja alheia à vida; significa, apenas, que Deus crê e confia na obra de suas mãos, tanto mais que, nos momentos mais difíceis e trágicos da nossa existência, Ele nunca nos deixa sós, mas acompanha-nos com a Sua Presença, nem sempre sentida, porém sempre real, e suaviza o jugo da lei com a unção da sua graça conquistadora.



Diz a ética de situação: Em tal situação particularmente espinhosa, em que a alma se debate num conflito doloroso entre o que humanamente lhe convém e a lei universal, podes passar por cima da lei. O que importa é agir com boas intenções, na caridade.

Não, respondemos nós. Importa, antes de agir na «caridade», saber se estamos na caridade, se possuímos o amor. Ora a prova do amor, é a fidelidade aos mandamentos. «Quem guarda os meus mandamentos, esse é o que me ama». Foi assim que Jesus Cristo mostrou inequivocamente o seu amor ao Pai, cumprindo a Sua Vontade — «faço sempre as coisas que Lhe agradam» —, mesmo quando essa Vontade Santíssima lhe pediu a morte da Cruz.

Confessemos-lo com franqueza e sem rodeios. A moral tradicional, a moral sobretudo que nos ensina e propõe a Igreja Católica, a única verdadeira Igreja de Cristo, exige duros sacrifícios e um contínuo vencimento de nós mesmos. «Renunciar a si mesmo». «Tomar a cruz». «Odiar a própria alma». É penoso tudo isto. Mas tudo se aclara e se explica à luz das verdades que ensina o Cristianismo, dos mistérios que anuncia, e cuja graça nos comunica, nomeadamente os mistérios da Paixão, Morte e Ressurreição do Senhor. Bem escreve o já citado Rahner: — No dia em que, colocados diante de uma opção moral, nos convencêssemos a nós mesmos, como cristãos, e numa atitude de verdadeira oração, de que o mundo vive e marcha sob o signo da cruz, da qual o próprio Deus está pendente, com o coração e os membros trespassados; de que, consequentemente, o man-

damento de Deus pode exigir também a morte do homem; de que não há no mundo nada tão amargo, tão trágico e desesperado que seja preço demasiadamente grande para a promessa de vida eterna que Deus nos fez; de que não se pode fazer nada de mau para se alcançar o bem; de que é um erro e uma heresia pensar e crêr que uma vida de bondade e virtude não pode nunca levar a um destino trágico cá no mundo; e ainda de que um cristão deve na verdade esperar como qualquer coisa quase normal que a sua vida de cristão o leve forçosamente qualquer dia a uma situação em que tenha de sacrificar tudo para não perder a sua alma; finalmente, de que não depende do arbitrio de cada um evitar sempre uma situação «heróica», — nesse dia, sim, seria menor o número dos cristãos que pensam que a sua situação precisa de ser modificada mediante uma mitigação das leis que a Igreja declara ser de direito natural e divino; e seria menor, também, o número dos confessores e directores espirituais que, levados pelo temor de propôr aos homens aquilo que a lei divina tem de inexorável, procuram fugir a esse dever, ensinando que basta que cada um siga a própria consciência. Como se aqueles que assim os consultam, não procurassem saber deles, e não devessem procurar saber deles, precisamente, qual é, entre as mil vozes da sua consciência, aquela que representa a voz autêntica de Deus. Como se essas pessoas não viessem pedir ao representante da Igreja uma decisão final sobre a questão. Como se, enfim, a consciência verdadeira pudesse falar sem ser instruída por Deus e pela fé que vem *ex auditu*! (1)

(1) Op. cit., pg. 87.

C. MERCÊS DE MELO



o mistério da graça

e a liberdade criada

O homem é livre; sem a graça de Deus não se pode salvar. Duas afirmações que, juntas, fazem problema.

Certamente que, para compreender o modo como finalmente se articulam, seria preciso ver o mistério de Deus. Em todo o caso, reflectindo sobre o que conhecemos da liberdade e do amor neste mundo, encontramos sugestões valiosas.

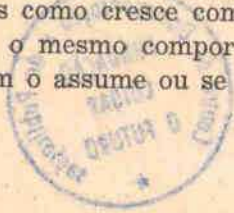
A liberdade — abertura aos valores

A Filosofia contemporânea tem procurado mostrar que a liberdade é algo de infinitamente mais denso que o simples poder de escolher ao acaso, isto é, sem motivos. É verdade que a liberdade diz sempre uma oposição a estar preso. Mas a este aspecto negativo é preciso acrescentar outro, de carácter mais positivo: homem livre é aquele que se possui a si mesmo, que é capaz de dar sentido à sua existência, que é capaz de criar um «espaço humano» à roda de si. Homem livre é, portanto, aquele que, tendo um sonho na alma, é capaz de o realizar.

Liberdade e verdade são dois aspectos inseparáveis do homem: não há liberdade sem uma verdade a alcançar, não há verdade viva sem uma pessoa que tenda existencialmente para ela. A liberdade é assim o poder de criar valores, o poder de nos inserirmos no mundo de acordo com a verdade que nos enche.

Ir a pé ou de autocarro de casa para a Faculdade pode ser uma escolha consciente, ditada, por exemplo, pela verdade de um ideal de pobreza ou pela verdade de um ideal de economia de tempo. Mas é as mais das vezes uma escolha arbitrária e não reflectida. Querer provar a liberdade pela consciência que tenho de que posso ir a pé ou de autocarro é fácil nos dois sentidos do termo.

O mal da demonstração era sobretudo sugerir que a essência da liberdade se encontra numa escolha quase não motivada. Pelo contrário, a liberdade não só admite motivos como cresce com a consciência que o homem tem desses motivos. Neste sentido, o mesmo comportamento exterior pode ser livre ou automático, conforme o homem o assume ou se deixa orientar passivamente pelo meio ambiente.



Ir à missa todos os dias pode ser uma rotina em que a liberdade pouco tem a dizer, ou um acto livre porque conscientemente assumido pela pessoa.

Amor e liberdade

Sendo assim, passa a ser claro que o amor não diminui a liberdade mas, pelo contrário, a torna maior, por dar ao ser humano nova consciência da sua responsabilidade e do seu destino. Vale talvez a pena distinguir entre uma amizade e um amor que são «bons» e uma amizade e um amor que são «maus».

(Trata-se, evidentemente, de conceitos-limite de que os casos reais se aproximam mais ou menos). A amizade e o amor que são «maus», tendem a absorver a pessoa do «outro» e realizam do mesmo passo uma degradação do próprio «eu». Quando se ama desta maneira, quer-se captar a pessoa amada, fazê-la à nossa medida, causa dor supor que ela vai mais longe que o nosso bem pequenino, e cai-se num jogo de dominar ou ser dominado por ela. Mas há a amizade e o amor que são «bons», que ajudam a pessoa do outro a crescer. Quando alguém se sente termo dum amor assim, sente-se convidado a responder com um amor igual, sente-se obrigado a inserir-se com mais verdade na existência, abre-se mais aos valores. Quando se ama desta maneira, ajuda-se o «outro» a ser mais ele mesmo, respeita-se a imagem de Deus que está nele, numa palavra o amor verdadeiro liberta. O amor «bom» é a descoberta a dois duma existência mais verdadeira e, portanto, mais livre.

Mas existe este amor «bom»?

Trata-se de uma daquelas perguntas a que a razão cartesiana não pode dar uma resposta definitiva, mas que admitem um sim numa razão mais aberta. Para acreditar neste amor «bom» é preciso ter um mínimo de abertura aos valores espirituais, uma espécie de ante-experiência disso mesmo que procuramos se existe.

Nós, os cristãos, mesmo os mais pecadores, cuidamos ter um pouco dessa experiência, reconhecemos esse amor na Pessoa do Senhor Jesus.

O mistério da graça

Aproximamo-nos assim do mistério do amor de Deus sobre o qual nos propusemos reflectir. Na linguagem do Novo Testamento, sobretudo em S. Paulo e S. João, o mistério do amor de Deus é um mistério de **graça**. Por que terá sido escolhida esta palavra? Graça, no grego, como nas nossas línguas latinas modernas, sugere duas ideias aparentemente diferentes: a ideia de um dom gratuito, que ultrapassa todo o «direito», e a ideia da harmonia causada por certas formas. Mas é fácil estabelecer a passagem. Graça, no Novo Testamen-



to, designa a grande maravilha, a boa nova de que Deus nos ama duma maneira que está para além de tudo o que podia ser esperado.

Se a criação manifestava já o amor de Deus, a ordem da graça insere o homem numa estrutura especial de diálogo. Tudo é mistério neste diálogo: está para além da percepção imediata, um dos interlocutores é o Deus inefável que se recusa a dar o nome a Moisés (Ex 3, 14), o outro interlocutor é criatura do primeiro, o que equivale a dizer que depende d'Ele na própria raiz do existir.

No entanto, a analogia do amor humano permite-nos ir um pouco mais longe. Se já entre criaturas o verdadeiro amor, longe de abafar, ajuda a constituir a liberdade do outro, se quanto mais nobre é aquele que ama mais liberta a pessoa do que é amado, é-nos fácil suspeitar que a liberdade infinita de Deus, em vez de destruir a liberdade da criatura a quem se dirige, a constitui pessoa livre ao debruçar-se para ela. E, se esse amor, na sua gratuitidade, se destina a convidar o homem à união misteriosa da vida celeste, então a própria liberdade do homem ou o homem todo inteiro, é tornado participante da natureza divina. (É por isso que a teologia costuma distinguir entre graça actual, que diz respeito ao acto de diálogo, e graça santificante, que exprime esta transformação, já da criatura).

Não nos espanta então que o Senhor tenha, ao mesmo tempo, afirmado a nossa liberdade (ao dizer que seremos julgados pelas nossas obras) e ensinado que «sem Ele nada podemos fazer». Não nos espanta que um documento do séc. V, reconhecido pela Igreja como exprimindo a sua doutrina, ensine que, sem a graça de Deus, não poderíamos começar a querer o bem nem cumpri-lo⁽¹⁾. Sem termos compreendido a raiz do mistério, apercebemo-nos de que tudo se situa na mesma linha. É o diálogo com o Senhor que nos torna livres, é dele que provém todo o bem. Continuando a não compreender, não nos espanta também o mistério do mal. Já entre dois seres humanos, mesmo quando um amor nos tornou mais profundos e nos deu capacidade de escolher, nós somos capazes de trair. Talvez mesmo só a partir desse momento a traição é autêntica. O problema do pecado é um abismo; mas parece, por estranho que seja, estar dependente da possibilidade de amar. (Falando com mais precisão: só no céu, em que Deus se nos dá imediatamente como termo do nosso amor, o pecado deixa de ser possível. Neste mundo, há ainda qualquer coisa de semelhante: quanto mais caminhamos no bem, mais livres estamos para amar, mais livres somos do mal).

O mistério da graça

(1) Cf. DENZINGER, *Enchiridion Symbolorum*, n.º 141



O mistério da graça

As reflexões que ficam feitas mostram como é sem sentido figurar o mistério da graça a modo de uma representação teatral, de que Deus teria escrito a peça e nós seríamos os actores, e a santidade medida pelo grau de fidelidade às indicações sugeridas pelo «ponto». Usando a linguagem da filosofia contemporânea, é próprio da liberdade poder **inventar** o futuro.

Com este termo quer-se exprimir que a moral em concreto não pode ser reduzida a uma espécie de gramática da acção objectiva. O homem parte sempre duma **situação** e é habitado por um **projecto** de vida. A maneira como ele assume a situação ou a eventual «má-fé» do projecto nunca podem ser postos fora-de-jogo. Certamente que não se tira daqui uma pura «moral de situação», por isso mesmo que o homem, sendo criatura de Deus, só pode projectar-se com boa-fé e verdade sendo fiel à natureza em que existe. Mas certamente que se pode e deve concluir que a acção moral tem um cunho pessoal, que é bastante bem traduziu por **inventar (na fidelidade à sua condição de criatura)**.

Ora, se já o amor humano consegue realizar, ao menos parcialmente, um acertar de intenções com vista a uma «invenção» que é de «ambos», é possível que o mistério da graça e da liberdade constitua uma espécie de diálogo em que o homem **invente** com Deus um caminho. Neste ponto falham totalmente as imagens (não esqueçamos que nos movemos no coração do mistério). Embora se fale de diálogo, a liberdade de Deus e a minha liberdade de criatura não existem no mesmo plano. Tudo o que eu sou, a minha própria liberdade, o meu poder de escolher o bem, tudo isso me vem de Deus. Mas a imagem da mãe que guia pela mão o filho pequeno e, no fundo, escolhe por ele, é certamente pior que a do amor entre duas pessoas adultas que ajuda a liberdade a crescer. Se quiséssemos uma imagem, seria preciso pensar um limite, pondo num dos lados do diálogo a Pessoa «infinitamente crescida» de Deus.

Pode notar-se ainda que o problema da liberdade não é no fundo diferente do próprio mistério do **ser**. Deus, o ser infinito e absoluto, é causa do nosso ser. Numa certa perspectiva, existo totalmente por Ele; noutra perspectiva, tenho uma realidade e um existir que são distintos d'Ele.



A graça o futuro e a história

Se Deus conhece o meu futuro, se Deus possui todas as linhas da História, não é portanto porque tenha escrito antecipadamente o livro de todo o destino, nem sequer por uma espécie de **previsão** dos actos livres dos homens. Deus conhece tudo o que acontece e há-de vir a passar-se na História, porque transcende tempo e lugar. Aquilo que uma criança exprime ao dizer que «Deus está em toda a parte» pode repetir-se para o tempo. «Hoje, aqui na China», «aqui, anteontem e amanhã», não põem dificuldades de tipo diferente senão para nós, que podemos mover-nos no espaço, mas estamos sujeitos a uma só passagem do tempo.

Certamente que Deus actua na História, como actua já na vida de cada uma das pessoas. Para além das leis que cirou e sem falar já do milagre, Deus actua pelo diálogo da Graça que estabelece com os homens. Se o Seu amor se manifesta no apelo que dirige aos indivíduos, não é de supor que se desinteresse do mundo. Não é de resto a Igreja o Corpo Místico de Seu Filho? Não prometeu Jesus à Igreja que as forças do mal não poderiam vencê-la?

Nota final

Quero, por último, lembrar que não me propus apresentar a solução dum problema, como nas ciências se pode por vezes fazer. Tratava-se aqui dum mistério, não só no sentido de G. Marcel (questão em que nos encontramos existencialmente envolvidos), mas também no sentido teológico de questão que transcende a nossa inteligência finita e só no pensamento de Deus admite resposta completa. Como o mistério é incompreensível por excesso e não por absurdo, o homem, sem nunca o chegar a abarcar, pode penetrá-lo mais e mais, servindo-se de analogias, afinando conceitos, delimitando a raiz incompreensível do mistério e mostrando que dessa raiz incompreensível fluem naturalmente todos os outros aspectos. Juntamente com a pesquisa e a crítica das fontes, é o trabalho da Teologia.

As páginas que escrevi procuram mover-se nesta perspectiva. Temos (felizmente) a consciência de que nada **explicamos**, mas que começámos a entender, muito de longe e de uma maneira toda feita de analogias, que o mistério não é um muro opaco mas uma luz infinitamente forte que torna mais clara a nossa existência de criaturas. Enfim, o artigo que aqui termina é um resumo cujo único interesse é convidar quem o ler a debruçar-se sobre o pensamento filosófico e teológico dos nossos dias.

P. JOÃO RESINA RODRIGUES

REFLEXÕES SOBRE PSICOTERÁPIA E PSICANÁLISE

Pelo PROF. MILLER GUERRA



Ouve-se dizer a cada passo que uma das consequências da vida nas sociedades modernas é o aumento das doenças «nervosas», não faltando quem tire daqui argumentos contra a civilização. Conquanto existam indícios de que nos meios mais industrializados e sobretudo naqueles em que a mudança rápida do regimen tradicional para outro de estrutura moderna, determina perturbações psicológicas de vária ordem, não está por enquanto demonstrado de maneira conclusiva que as doenças mentais propendam a aumentar. Fala-se, é certo, em psicoses sociais como consequência da aceleração do progresso técnico, em psicoses que eclodem por efeito da desadaptação dos indivíduos a um ritmo de vida inesperado, totalmente diferente do que estavam habituados a viver. Formulando a situação nestes termos vagos, arriscamo-nos a confundir os dados do problema e, por conseguinte, a procurar a solução por caminhos extraviados, aportando a soluções muito distantes da realidade das coisas.

O vocábulo psicose tem uma significação precisa que foi e é desvirtuada pela linguagem comum que o jornalismo popu-

larizou. Não pode ser tomado como vulgarmente é, por equivalente de perturbações nervosas, nervosismo, desequilíbrio, ou qualquer outro. As psicoses, afecções mentais psiquiátricamente definidas, certamente não aumentaram com a civilização moderna, nem variam profundamente em qualquer forma de sociedade. O mesmo não pode dizer-se de outro tipo de afecções — as neuroses —. Estas, que popularmente são denominadas «manias», desequilíbrios mentais, neurastenia, histeria, etc., têm talvez aumentado. Mesmo neste caso, não existem elementos positivos que permitam afirmar sem sombra de dúvida que a civilização multiplica as neuroses. O único facto incontestável é que o número de doentes com perturbações neuro-psiquiátricas que hoje recorre ao médico, é muito maior do que era outrora. As razões disto são de vária ordem.

Compreende-se que um indivíduo suporte os seus males, se não vê ao seu alcance meios de os aliviar ou curar. E, por meios, não se entende apenas o médico especialista, mas os recursos económicos suficientes para custear o tratamento e outros gastos que a doença im-

plica (deslocação, interrupção do trabalho, internamento, etc.). Nos países desenvolvidos, a falta de meios económicos não constitui motivo de privação de médico ou do tratamento; o doente, desembaraçado deste enleio, pode tratar-se logo que sente os primeiros sintomas. Em consequência das facilidades que tem à sua disposição e das quais pode usar, o indivíduo consulta por pequenos motivos, ou melhor, por motivos que outrora não consultaria — sofria a doença consigo e em família, até ao dia em que o mal minorasse ou desaparecesse espontaneamente por virtude da inesgotável «vis medica-trix naturae».

Estes factores, e outros que passamos por alto, concorrem para o aparecimento deste fenómeno alarmante e incompreensível para uns, natural e explicável para outros, do aumento dos indivíduos «nervosos» que hoje recorrem à medicina.

Excluindo destas considerações as doenças mentais propriamente ditas, as psicoses, que têm origem, sintomas, curso e tratamento particulares, referir-nos-emos tão somente ao tratamento das neuroses e, ainda dentro deste capítulo, aos métodos psicológicos, ou seja à psicoterápia. Esta consiste na acção que o médico (psiquiatra ou não) exerce por via psicológica no espírito do doente, tendo em vista curá-lo dos seus padecimentos. Qualquer processo terapêutico que vise influenciar a vida psíquica do doente, de modo a suprimir as manifestações mórbidas, denomina-se psicoterápia. Tomado neste sentido, amplo todo o tratamento contém explícita ou implicitamente

um elemento psicológico. O termo emprega-se com propriedade nos casos em que o médico utiliza como meio principal e de forma metódica e consciente, a acção psicológica, baseando-se principal ou exclusivamente no poder curativo da sua presença e da palavra. A forma mais pura da psicoterápia é a psicanálise. Este método apresenta-se como sendo a forma científica e perfeita das terapêuticas psicológicas e é, para alguns, a única racional, quer dizer, a única que segue um método coerente e obtém resultados evidentes e fundamentados na observação dos factos.

Não é agora o momento de entrar em pormenores sobre a famosa teoria de Freud, aliás conhecida de toda a gente, pelo menos nas linhas gerais. O que importa sublinhar e comentar não é a construção doutrinária, nem o seu valor explicativo da vida psíquica e do comportamento do homem.

A crítica está feita e refeita, os seus erros e as interpretações arbitrárias, procedentes dos dados ambíguos em que se fundamenta, estão apontados desde as publicações originais de Freud. Também está dito até à saciedade que os resultados da cura analítica, são contestáveis na maioria dos casos e, o que é mais grave, os perigos a que se pode expôr o doente quando tratado por psicoterapeutas inexperientes, precipitados ou fanáticos. Apesar disso este processo terapêutico continua a exercer grande sedução sobre numerosos neuróticos de tal modo que se entregam, sem a menor reflexão, nas mãos de qualquer psicanalista.

reflexões sobre psicoterápia e psicanálise

Não basta ter nomeada de psicanalista — é preciso sê-lo de facto. E sê-lo de facto consiste em possuir uma preparação apropriada que afiance a idoneidade profissional necessária. Graças ao êxito mundano da doutrina, por um lado, e ao aumento do número de neuróticos por outro, começaram a aparecer por toda a parte médicos que a si próprios se intitulam (ou deixam que os intitulem) psicanalistas e, o que é mil vezes pior, indivíduos não médicos com cursos de psicologia ou outros afins, que se dedicam ao tratamento analítico, abrindo consultórios ou clínicas onde recebem a clientela. Se a psicanálise fosse inofensiva, não viria muito mal ao mundo destas práticas espúrias. Porém não é este o caso: a psicanálise assim praticada expõe os doentes a prejuízos que podem ter efeitos

gravíssimos. A alma humana e particularmente a alma humana doente, é uma delicada organização psicológica, na qual só deve penetrar quem tenha conhecimentos neuro-psiquiátricos adequados e uma formação moral capaz.

Deixando de lado os pseudo-psicanalistas, voltemo-nos para aqueles que possuindo o título, possuem igualmente o saber e a técnica, isto é, os verdadeiros psicanalistas. Este ponto, embora menos grave, é mais delicado. Contudo temos de ocupar-nos dele, para esclarecer algumas confusões que reinam no espírito do público e ameaçam adensar-se na proporcão em que a cura psicanalítica se generaliza.

Antes de mais nada, torna-se necessário reflectir sobre certas dificuldades, levantadas pela teoria e prática da psicanálise.

Em primeiro lugar: pode separar-se o método da doutrina? Por outras palavras: o emprego do tratamento obriga ou não aderir aos princípios teóricos da psicanálise?

As primeiras intuições da teoria surgiram a propósito do tratamento da histeria. Daí partiu Freud para a explicação da génese das neuroses e, por acrescentamentos e observações de novos factos, terminou numa construção filosófica ambiciosa e fantástica que pretende explicar e natureza do homem, a cultura e a vida. Portanto a psicanálise não é apenas uma doutrina médica, nem sequer uma teoria biológica, é um sistema filosófico-metafísico fechado como todos os sistemas, fora do qual não há lugar para outra concepção que não seja a psicana-



lítica. E como esta é radicalmente naturalista e mecanicista (segundo o modelo do positivismo do século XIX), reduz o homem a um complexo de forças instintivo-afectivas. A «neurose» resulta do recalçamento exercido pela consciência sobre as energias instintivas. A cura obtém-se pela libertação do material inconsciente (instintivo) recalçado que é trazido para a consciência pela acção «depuradora» do psicanalista.

Nestas condições, para o psicanalista ortodoxo não pode haver parcelamento ou separação entre o método terapêutico e a doutrina, porque ambos fazem parte de um sistema unitário, encerrado numa construção hermética. Posta assim a questão não temos mais do que rejeitar conjuntamente a doutrina e o método. Todavia, esta posição radical não é a de todos os psiquiatras. Podem admitir-se certas conclusões a princípios da dinâmica psicoanalítica, particularmente da técnica terapêutica.

O segundo ponto de que devemos tratar é o seguinte. até onde é permitido moralmente estender a análise psicológica e, o que é mais, influenciar a vontade do doente, indicando-lhe regras ou preceitos que modifiquem a sua atitude perante a vida?

Levanta-se assim a distinção entre as funções do médico e a do director da consciência. O assunto é espinhoso e nem sempre se encara na sua verdadeira grandeza e importância. Aqui reside uma das principais dificuldades e um dos principais riscos da terapêutica psicanalítica. Como parte das situações de neurose dimana de conflitos de tendências bioló-

gicas com a consciência moral, pode constituir tentação para o psicoterapeuta suprimi-las, aconselhando ao doente a satisfação das tendências instintivas recalçadas, como meio de cura. Que certos psicanalistas não hesitam em sacrificar os princípios morais dos seus doentes, a uma suposta cura da neurose, é um facto que nem por ser relativamente raro, deixa de ter a maior gravidade. De nada vale dizer nestes casos, para atenuar a responsabilidade do psicoterapeuta, que o mesmo pode suceder com qualquer outro tipo de psicoterapia, assente noutros métodos e noutros postulados teóricos. A objecção é injustificada, porquanto o procedimento do psicanalista decorre necessariamente da própria doutrina. Ele não faz mais do que tirar logicamente a conclusão das premissas. Se a repressão dos instintos constitui a causa da neurose, é evidente que a cura consistirá na sua livre expansão, embora esta possa ir de encontro à consciência moral do doente, subvertendo-a. Felizmente esta solução não é a preferida pela maior parte dos psicanalistas, porque não é forçoso seguir fielmente as ideias patogénicas de Freud, para conseguir os efeitos benéficos do tratamento. Se isto é verdade, também é certo que nunca haverá demasiada prudência na escolha de um psicanalista, principalmente se o doente é muito jovem. Temos visto mais de uma vez, a despreocupação com que pais zelosos entregam um filho ou uma filha a um psicanalista, a pretexto de pequenos sofrimentos «nervosos». Não sabemos de nenhum destes doentes que haja levado o tratamento até ao fim, mas sabemos

reflexões sobre psicoterapia e psicanálise

de alguns casos em que os pais, tardiamente alarmados, se viram obrigados a interromper a psicanálise «porque não sabiam que aquilo era assim». Ora «aquilo» é de facto «assim», quando se crê levemente que a psicanálise é um tratamento como qualquer outro. (Isto não quer dizer que os adultos não possam correr os mesmos riscos das crianças: na verdade correm-nos e de igual forma).

Dever-se-á então pôr de lado a psicanálise, privando da cura os doentes em que ela estaria indicada? Não iremos tão longe.

Por motivos de ordem literária, artística e mundana, mais do que por razões médicas, as ideias de Freud conquistaram em pouco tempo a opinião pública, sobretudo na América do Norte onde encontraram uma atmosfera adequada. Cultura jovem, sem tradições ideológicas enraizadas nem uma estrutura histórica como a europeia, em breve assimilou o freudismo, simplificado por divulgadores que o reduziram a esquemas atraentes de fácil apreensão. Da América voltou à Europa onde foram favoravelmente recebidas as ideias que anos antes, haviam encontrado oposição tenaz.

O conhecimento da doutrina por público tão numeroso e interessado, preparou a aceitação da psicanálise como método terapêutico, sem provocar as resistências nem as reservas que as ideias «escandalosas» de Freud teriam por certo levantado se tivessem saído exclusivamente do campo da medicina. Deste modo nasceu a convicção de que a psicanálise é o método principal do tratamento das neuroses, o mais eficaz e o

mais «moderno», talvez o único. Em pouco tempo, ser tratado por um psicanalista, ser psicanalizado, tornou-se uma «necessidade» para os neuróticos de certas classes sociais que podiam dispor de 2 ou 3 anos para se tratar... Insensivelmente propagou-se a ideia de que o melhor meio de curar as neuroses é a psicanálise. A verdade, porém, é muito outra. A psicanálise é somente um método de tratamento como muitos outros, igualmente eficazes. Ainda está por demonstrar de forma científica que os resultados conseguidos com outros tipos de psicoterapia são inferiores aos da psicanálise.

Salvo em casos restrictos nos quais a terapia analítica está porventura indicada, nos outros (que são quase todos), nem o psiquiatra comete um erro empregando qualquer psicoterapia não psicanalítica, nem o doente fica privado por esse facto da cura. Qualquer neuro-psiquiatra não enfeudado a particularismos de escola ou de doutrina, sabe que pode alcançar resultados idênticos com métodos psicoterapêuticos diferentes.

O que acabamos de dizer resume-se nos seguintes proposições;

1.º A idoneidade moral e profissional do psicanalista, constitui a primeira condição do tratamento.

2.º A psicanálise é apenas um dos métodos de tratamento das neuroses. Com métodos menos demorados, menos dispendiosos e com riscos incomparavelmente menores, alcançam-se os mesmos resultados.

3.º Em casos determinados, mas relativamente raros, a psicanálise pode ser um tratamento recomendável.



Formação universitária e vida familiar

O antigo menosprezo pela formação intelectual da mulher casada considerada como um valor reduzido, senão negativo para o desempenho da sua missão familiar, está hoje em grande parte ultrapassado.

Em épocas andadas a cultura geral que apenas um pequeno número alcançava, dentro das classes sociais mais favorecidas, pouco mais era que um novo atavio feminino. Em nossos dias, com a democratização do ensino e a entrada de vagas sucessivamente mais numerosas de mulheres nas Universidades, assiste-se a uma verdadeira renovação de ideias. Resta nos saber se a importância que se atribui à preparação universitária da mulher não está muitas vezes, numa perspectiva errada e oposta àquelas em que se inserem os verdadeiros valores femininos.

São os factores de ordem económica traduzidos quer na necessidade de colaborar na manutenção do lar, quer na satisfação de necessidades pelo ambiente mundano do nosso tempo e ainda a aspiração social das famílias, que conduzem, na maioria dos casos, as nossas raparigas ao ensino superior. Assim, o que se pede a todo o ensino universitário é a preparação profissional, a obtenção dum diploma. E é, em função deste, que a sociedade olha para a mulher «forma-

da», como aquela mais preparada para a vida. O diploma confere-lhe um certo tipo de independência e segurança, porque lhe desenvolve aptidões e possibilidades de trabalho.

Não será, nesta perspectiva, que iremos encarar quais as consequências na vida familiar da formação intelectual da mulher.

O sentido da realização plena de qualquer mulher é outro e necessário se torna, cada vez mais, que aquelas que foram chamadas ao domínio do pensamento o descubram no meio da crise contemporânea. Os interesses que orientar o homem tendem, hoje, a asfixiar por completo os valores de que a mulher é portadora.

É preciso, pois, ter presente a essência dos dons que foram conferidos à mulher pelo Criador, e que a orientam para num contributo específico em benefício da humanidade a fim de aí inserir a visão cultural e as aptidões intelectuais nela desabrochadas pela Universidade. Só, então, poderemos debruçar-nos sobre os campos diversos que se abrem no lar à mulher, enquanto universitária.

A vida da mulher chamada ao matrimónio realiza-se dentro e pela família. É, pois, no seu papel de esposa e de mãe, missão primária da mulher, que



se deve reflectir a formação que recebeu.

Aberta para a cultura, apaixonada pela visão do mundo que esta lhe confere, possuidora dum tipo de raciocínio esclarecido e treinado, orientando-se por uma escala de valores que a vocação universitária lhe impõe, a mulher universitária dará uma tonalidade própria ao seu papel de esposa e à sua alma de mãe. Essa tonalidade intensifica-se na medida em que oriente a vida do dia a dia pela preocupação constante de seguir rumos certos, ainda que fujam, por vezes, dos caminhos tradicionais.

Para tanto, a mulher universitária posta perante a sua vida de família, terá de olhá-la, não como qualquer missão a cumprir à base da intuição espontânea, por certas inclinações sentimentais ou de esquemas já feitos de vida, mas, sim, encarando o seu papel dentro da comunidade conjugal e familiar, com o lugar onde agirá na plenitude dos seus dons humanos e espirituais. Evidentemente, a toda a mulher casada lhe será pedida uma entrega total de si à família, mas, referindo-nos aquela que recebeu uma formação universitária, diremos que lhe é pedido mais, pois está apta a pôr, também, a sua cultura, o seu pensamento ao serviço da família. Isto exige, sem dúvida, esforço profundo, num vaivém constante entre as ideias e a sua realização prática na vida simples do lar, que se não for comungado e fecundado pelo marido, corre o risco de degenerar em desordenação de espírito, em angústia de alma, em convicção de vida falhada.

Na procura de actualização prática da



hierarquia de valores e interesses que recebeu através da universidade, não se podem dar esquemas nem métodos gerais. Dizer que a mulher casada, que passou por uma Faculdade, deve, por isso, fazer mais isto ou aquilo, pode levar a pensar que a fidelidade à sua vocação universitária é qualquer coisa que se sobrepõe à vida familiar corrente ou, quando muito, exige a substituição de certas preocupações por outras de carácter intelectual. Estes são aspectos marginais, que satisfazem certos hábitos, certos gostos literários ou artísticos, cujas raízes não ultrapassam, por vezes, mais que uma camada epidérmica do compromisso intelectual. Uma formação universitária deve penetrar no íntimo de toda a vida familiar, através daquela situação que se criou pelo matrimónio, orientando-a e condicionando-a a um ambiente no qual se desenvolva toda uma espiritualidade conjugal e familiar de tipo superior.

Aqui, reside um vasto campo de descobertas pessoais que exigem constante-

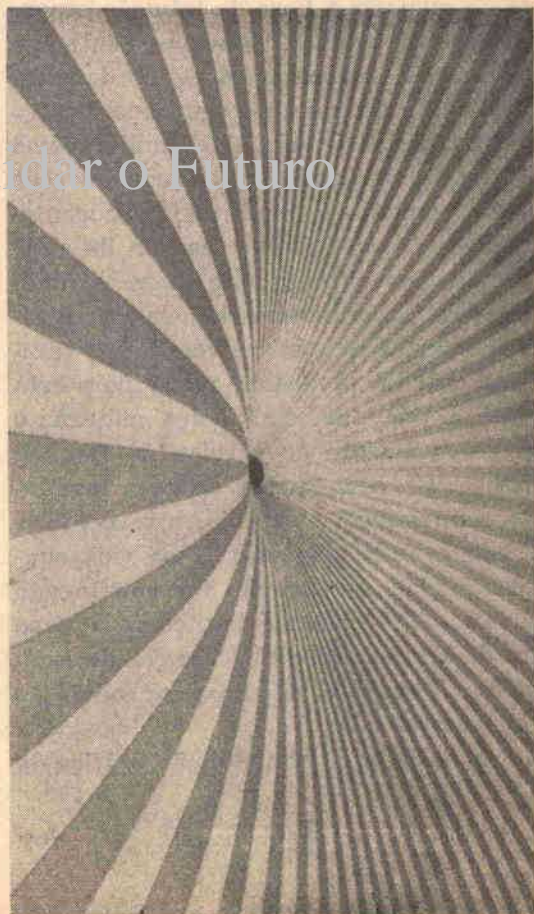


mente energias, espírito criador, onde a mulher deverá sentir render todos os dons que uma verdadeira formação universitária lhe conferiu.

É primeiramente como esposa que se lhe abrem novas dimensões. Possuidora duma visão profunda e sobrenatural do amor, poderá construir os alicerces duma real unidade conjugal que se fortalece pela comunhão espiritual dos seres unidos. É mediante uma consciência nítida, enriquecida pelas intuições do amor, das próprias fraquezas, possibilidades e aspirações que a esposa perscrutando os caminhos do seu aperfeiçoamento humano e sobrenatural, descobrirá outro domínio aberto à sua iniciativa complementar na vida doméstica: o domínio intelectual. Apta a corresponder aqui, ao que ela sabe que lhe é pedido que dê e desenvolva em ordem ao marido e aos filhos, irá, por este meio, realizando a sua síntese pessoal, ajudando-os todos e construindo assim a singularidade da sua missão. A comunhão conjugal enriquece-se desta forma pelo contributo da sua maneira própria e esclarecida de encarar o mundo, de nele captar a verdade, o belo e o justo e de o projectar no lar. Não é apenas interessando-se pelo mesmo trabalho, colaborando até nas tarefas profissionais do marido que a mulher, por ser universitária, o ajudará. Como esposa, ela visará, para lá das actividades exteriores, na pessoa do outro, o que, sendo ainda potencial, através dela se poderá valorizar. Esquematizando as possibilidades poderemos dizer que se lhe abrem três novos aspectos da unidade conjugal que poderão enriquecer o lar: comunhão total de interesses, quer na ordem temporal quer na do espírito; possibilidade de acompanhar e dar um contributo valioso na evolução intelectual do marido e dos filhos; colaboração e compreensão, em

forma superior, do trabalho profissional. Não se torna necessário para tanto que todos percorram o mesmo caminho, isto é, que tenham os mesmos interesses, os mesmos gostos, as mesmas opiniões. É, mesmo, muito natural que assim não aconteça. O que se torna necessário é que por caminhos diferentes de valorização intelectual estes sejam concorrentes, comuniquem pelo diálogo, como o exige a fidelidade conjugal e a piedade maternal, para não se correr o perigo duma subtil mas não menos real emancipação no lar. A abertura, a caridade e a humildade intelectual, estão na base deste entendimento, parte inesgotável de alegrias que salvaguardam o equilíbrio da família, abalado tantas vezes pelas preocupações do dia a dia.

Fundação Cuidar o Futuro



formação universitária e vida familiar

Apontemos, agora, algumas ocasiões que a mulher, como condutora do lar pode aproveitar para pôr em jogo a sua formação universitária, saindo do ambiente fácil e sem finalidade que é muito comum, nos tempos fortes da vida familiar: os serões que se promovem, os amigos que se convidam, as férias e tempos livres que se organizam, os livros, as revistas, as conferências.

A orientá-la está um esforço permanente de actualização, a que ela deve comprometer-se, apesar da dispersão da vida doméstica, e que a libertará do exclusivismo dos problemas diários da sua condição feminina.

É daquele diálogo íntimo dos esposos que toda a vida familiar irá beneficiar e onde se irá reflectir, embora indirectamente, a formação que a mulher recebeu. Ela torna-se, assim, o suporte sobre o qual se ergue e irradia a formação que ela possui.

Primeiramente os filhos. No lar eles respirarão um ambiente salutar onde lhes será transmitido um padrão de interesses altamente educativos. É na educação dos filhos que a mulher casada universitária encontra largo campo de exigências profundas com caminhos constantes de enriquecimento intelectual, pelo estudo pedagógico que lhe é exigido. Uma educação cuidada, processada dentro duma verdadeira concepção do valor dos seres que lhe foram confiados, exige da mãe universitária, pela preparação que adquiriu, conhecimentos duma sã puericultura, psicologia da criança, orientação pedagógica pela criação de centros de interesse, jogos educati-

vos, bibliografia infantil, crises da juventude, formação catequística, educação estética, educação do carácter, etc., etc. O tempo de estudo e observação, de contacto com instituições infantis, com os professores de seus filhos e a aplicação prática imediata absorvê-la-ão, em grande parte da sua vida.

É evidente que tudo isto, pressupõe equilíbrio, estabilidade, método e ordem na vida doméstica.

Abordámos, apenas os aspectos essenciais das consequências da formação universitária da mulher casada. Resta-nos salientar, ainda, aquela contribuição directa à sociedade que a mulher pode dar, traduzida em pequenos trabalhos de regime livre, e que sendo compatíveis com a vida familiar, permitir-lhe-ão, deste modo, manter-se activa e actualizada. Neste caso está um trabalho valioso de orientação, esclarecimento e formação sociais que poderá fazer através de publicações, conferências, cursos, etc.

A mulher deste modo, contribui, na família com certo valor social, na medida da sua educação e preparação para a vida; mas o seu trabalho não se mede tanto pelo que faz quanto pelo que dá e transmite.

É tempo de como universitárias, encarmos as responsabilidades que como tais nos serão pedidas, mais tarde, na vida familiar. Cumpre abrir novos horizontes a uma sólida preparação para a missão universitária no lar, a que em maioria, nos sentimos chamadas.

Notemos, porém, que as verdadeiras soluções não se improvisam.

MARIA TERESA AMBRÓSIO



autor de *Um*
Antônio de Noje

Saint - Exupéry

«Les hommes?... Le vent les promène. Ils manquent de racines, ça les gêne beaucoup.»

Antoine de Saint-Exupéry conhecia bem o vento. Sabia-o capaz de arrastar os homens, os homens que estão sós e não têm raízes. Sabia que os homens sofrem com os ataques do vento. A sua obra nasceu do sentimento da urgência, da urgência que havia em ensinar os homens a defenderem-se.

Repartidos por inúmeras solicitações de superfície, os homens passam pelos valores essenciais e não os reconhecem. Não apreendem das coisas senão a sua aparência, e seguem cada vez mais sós e mais perdidos porque as não sabem amar.

Saint-Exupéry sabia amar as coisas. Sabia que cada uma traz em si um mistério oculto,, invisível para os olhos: «Voici mon secret. Il est très simple: on ne voit bien qu'avec le coeur. L'essentiel est invisible pour les yeux». É o tema fundamental de toda a sua obra. Em cada linha ele tenta transmitir este segredo aparentemente tão simples: não se vê bem senão com o coração. Mas, na verdade, ver com o coração não é uma coisa simples.

O homem, à medida que cresce, vai perdendo o poder de amar. Todas as coisas lhe são explicadas. Em certa altura, o mundo já não tem mistério, que o mesmo é que dizer que já não tem encanto. Que pode o homem fazer num mundo ao qual se sente indiferente, incapaz de ligar-se? Só há uma solução: reaprender a amá-lo, reencontrar os mistérios.

«Quand le mystère est trop impressionnant on n'ose pas désobéir». É certo. Onde o mistério for grande os homens não desobedecerão. Temos já três coordenadas que me parecem singularmente importantes na obra de Saint-Exupéry: amor, mistério, obediência. Vamos ver de que maneira se relacionam.



O amor torna as coisas misteriosas. Os homens amam o mistério. Amar as coisas é não lhes desobedecer. Posto isto, se houver amor, há mistério e obediência. Logo, o essencial é aprender a amar.

Analisemos agora uma passagem duma das obras mais significativas de Saint-Exupéry, «Le Petit Prince». Diz a raposa ao príncipezinho:

«— Ma vie est monotone. Je chasse les poules, les hommes me chassent. Toutes les poules se ressemblent, et tous les hommes se ressemblent. Je m'ennuie donc un peu. Mais, si tu m'apprivoises, ma vie sera comme ensoleillé. Je connaîtrai un bruit de pas qui sera différent de tous les autres. Les autres pas me font rentrer sous terre. Le tien m'appellera hors du terrier, comme une musique. Et puis regarde! Tu vois, là-bas, les champs de blé? Je ne mange pas de pain. Le blé pour moi est inutile. Les champs de blé ne me rappellent rien. Et ça, c'est triste! Mais tu as des cheveux couleur d'or. Alors ce sera merveilleux quand tu m'auras apprivoisé! Le blé, qui est doré, me fera souvenir de toi. Et j'aimerai le bruit du vent dans le blé...»

Os homens já não possuem a ciência do amor. Eles crêem que compete às coisas fazerem-se amar quando, em verdade, aquele que ama é que estabelece a ligação. Quando o príncipezinho perguntou à raposa o que queria dizer «apprivoiser», ela respondeu: «créer des liens». E só os que forem capazes de criar elos, de comunicar, conhecerão o amor. Os campos de trigo tinham sempre sido inúteis para a raposa. Mas, porque um príncipezinho tinha os cabelos da cor do ouro e eles se encontraram e ela aprendeu a amá-lo, a inutilidade do trigo foi transformada em amor.

Disse atrás que o amor torna as coisas misteriosas. Foi o que aconteceu com os campos de trigo. Passou a haver neles um mistério que só a raposa conhecia, a raposa que os via com o coração.

Ver com o coração. Assim os homens criarão raízes. Assim poderão esperar, sorrindo, que o vento passe e prossiga, e não desobedecerão às coisas porque as saberão amar.

GRAÇA SARAIVA



→ VER
NOVA MENSURA

Somos jovens e isto leva-nos muitas vezes a sentir que os esquemas de gerações anteriores estão ultrapassados, leva-nos a querer procurar ideias diferentes, ideias melhores, leva-nos a ter um gosto pela novidade.

É claro que isto está certo, é desejável, e que a nossa geração como todos os que foram jovens, tem o dever de tentar melhorar, de repensar as soluções dadas antes de nós, a muitos dos problemas ou mesmo a encontrar resposta para situações absolutamente novas.

No entanto, porque somos jovens, podemos ser levados a equiparar esta busca com uma mudança radical de quase todos os valores. O nosso entusiasmo, a nossa juventude, e também porque não confessá-lo, a nossa ingenuidade podem-no-lo fazer crer.

Mas afinal, porquê tantas considerações?

Porque tal atitude nos pode levar a excessos, a não saber distinguir o que é um valor essencial e o que não o é, o que é meramente temporal e circunstanciado e aquilo que é pereño.

Muito se tem falado ultimamente de emancipação da mulher e da rapariga universitária em particular. E vá de se acusarem estilos de vida, preconceitos existentes e limitações no campo da moral, além de situações de desigualdade de vária ordem, que dizem impedir a rapariga universitária de dar o seu contributo próprio à comunidade universitária.

Mas, se analisarmos as implicações mais fundas desta situação, vemos que um dos principais motivos apontados é o facto da rapariga universitária se guiar por modos de conduta ultrapassados e caducos. Ora surge aqui a tal nossa juventude e ingenuidade pois não se distingue o acidental do essencial, forma-se uma atitude global em matéria, que não é passível de tais generalizações.

E isto, porque mesmo já não falando nos princípios duma moral cristã, vemos que desde sempre existiu uma moral natural (da qual o cristianismo não fez nem podia fazer tábua rasa), comum a todos os homens, e na qual para além de todos os homens, de recta consciência encontrar eco, e que reside no mais íntimo de cada um.

Senão, nem sequer poderíamos dizer que alguém agiu bem ou mal, pois esse alguém poder-nos-ia retorquir ter agido segundo um novo conceito mais compatível com a sua vida. Claro que isto é exagero, mas...

Ora se é certo que a rapariga tem que dar a sua participação na construção da comunidade universitária, tendo aí as relações entre os dois sexos de se desenvolver num plano não de competição, mas de harmonia e complemento, não esqueçamos contudo que ela se não poderá realizar pela abdicação de valores fundamentais que pela sua própria natureza não mudam conforme as épocas, lugares ou regimes, e que tal se não pode fazer só porque os tempos são outros.

E se é necessário que se dê a todas as raparigas a consciência duma evolução, duma metalização, a fazer, essa evolução deve ser feita de acordo com a linha específica da missão de cada sexo, pois se o Homem e a Mulher são iguais em dignidade, têm contudo dons diferentes, e daí capacidades diferentes que importa desenvolver.

E essa mentalização tem de se fazer não apenas no sentido dum contributo à vida associativa, mas numa escala mais vasta, na vida universitária globalmente e na vida da sociedade.

Finalmente, acentemos em que, sem o respeito e a aceitação dos valores próprios ao Homem e à Mulher, sem a sua integração numa moral natural, de modo nenhum se pode fomentar um sã contacto e inter-ajuda.

E para todas nós universitárias, católicas ou não, que isto nos seja motivo de reflexão e análise, pois não nos podemos deixar levar por «modas» de procedimento e pensamento.

H. F.

Fundação Cuidar o Futuro



Fundação Cuidar o Futuro